

# ecomafias nas rotas do Índico

um tributo a **Ilaria Alpi**

uma jornalista italiana  
assassinada a 20 Março 1994  
quando na Somália investigava o tráfico de  
despejos tóxicos, armas, dinheiro sujo

um tráfico cujas rotas se estenderam ao  
Índico ... e a Moçambique

*in memoriam*

este é um alerta contra **ecomafias**

hasta siempre Ilaria

josé lopes

20 Março 2003

maputo, moçambique



in **xitizap no. 1** 20/03/2003  
[www.xitizap.com](http://www.xitizap.com)

Índice

Ecomafias nas rotas do Índico

pg 3

O relatório Massimo Scalia e Moçambique

pg 5

Batalha da Matola

pg 7

O último tango em Boane ?

pg 8

Confesso-te Ilaria

pg 10

fontes

pg 12

## ecomafias nas rotas do Índico

No dia 20 de Março 2003 completam-se nove anos sobre o desaparecimento de Ilaria Alpi e Miran Hrovatin - dois jornalistas cruelmente executados por uma *gang* somali. Em Mogadishu, e a mando do tráfico de tudo o que é crime - resíduos tóxicos, escória radioactiva, armas, dinheiros sujos.

Ilaria Alpi, italiana, com 32 anos à data da seu assassinato, trabalhava para a TV RAI 3 onde havia ingressado após um primeiro lugar no concurso de admissão.

E para além de beleza de Ilaria os colegas recordam o rigor e tenacidade jornalística – e que o microfone era a sua arma.



Fluente em arábico, Ilaria Alpi havia construído a sua reputação de jornalista batendo ruas, picadas e desertos da Somália - e muitos corredores em Itália. Para confirmar fontes, pesquisar traços e rotas, conhecer as comunidades em reportagem - incluindo a bandidagem.

Ilaria reportava a Somália desde 1992, país que visitou 4 vezes, e quando a 12 de Março 1994 desembarcou em Mogadishu, foi Miran Hrovatin quem se lhe juntou como *cameraman*.

Para Miran - um *freelance* de Trieste – este era o seu primeiro *job* na Somália.

Oficialmente, nesta reportagem para a RAI 3, Ilaria Alpi cobriria a retirada dos *boinas azuis* italianos que na Somália participavam na operação UNISOM. E para além de ela, uma imensa catadupa de jornalistas e estações de televisão já ali salivavam com o escândalo mediático da época – a violência bárbara de alguns militares italianos denunciada pela população somali.

Tal como os outros, Ilaria cobria o Mogadishu do dia. Mas ela podia ir mais longe, porque já então seguia o rasto de criminosas serpentes. E de facto, uma caudalosa torrente de provas viria a estabelecer que Ilaria estava na pista de um hediondo tráfico trocando armas por lixos.

Um tráfico que já em finais de 1992 a imprensa internacional havia começado a reportar, e de onde ressaltavam obscuras empresas e instituições europeias. Um tráfico que contrabandeava armas do ex-Pacto de Varsóvia ao preço de despejos de tóxicos e escórias radioactivas.

E no caso da Somália, os *senhores da guerra* haviam aceite vender um país. Por um punhado de *colts* e 10 paus de amendoim, os donos da terra convertiam-na num gigantesco depósito de lixos internacionais.

Lixos a serem depositados em terra, ou descarregados na costa somali do Índico.

Dias depois da chegada a Mogadishu, e contra a corrente do jornalismo *grand hotel*, Ilaria e Miran decidiram partir para Bosaso – uma pequena vila portuária no norte somali onde se sabia que, por entre casos de piratarias várias, as milícias locais haviam arrestado um navio muito particular – o Faarax Oomar.

Um navio oferecido pela cooperação italiana que oficialmente se ocuparia de pesca e transporte de peixe. Mas a Ilaria, ao invés de peixe a frota italo-somali Shifco cheirava a armas e resíduos tóxicos.



Em Bosaso, Ilaria entrevista a tripulação do navio (oficiais italianos e marinheiros somali) e embora a kassete da entrevista aos oficiais registre notórios apagões, percebe-se que Ilaria se interessava muitíssimo pelo conteúdo da carga.

Ilaria e Miran entrevistam ainda Ali Mussa Boqor - King Kong, de seu nome de guerra. E para que este *ras* se relaxasse o mais possível durante a entrevista, Ilaria pede a Mirian que desligue a camera – o operador desvia a objectiva, mas continua a registar o som.

E é nesta entrevista que King Kong lhes confirma que, segundo declarações dos seus piratas, ao invés de pesca, Faarax Omar era mais um dos navios do tráfico internacional de lixos – armas, resíduos tóxicos, escórias radioactivos.

A 20 de Março 1994 Ilaria e Miran regressam a Mogadishu onde desembarcam por volta das 12:30.

Ilaria telefona imediatamente para Roma pedindo tempo de satélite para que, por volta das 19, pudesse enviar material televisivo - um material interessante sobre o qual falariam depois.

E segundo conta o seu produtor RAI 3, naquele momento Ilaria estaria ansiosamente apressada em busca de uma confirmação. E por isso urgia que ela se deslocasse imediatamente à zona norte de Mogadishu – uma zona controlada pelo contingente italiano UNISOM.

Carinhosa, Ilaria soube ainda encontrar tempo para telefonar a sua mãe ... por uma última vez.

Acompanhados por dois somalis - um guarda-costas e um motorista - Ilaria e Miran saem do seu hotel, o Sahafi, por volta das 14:45, dirigindo-se ao Amana Hotel onde permanecem poucos minutos. Regressados à viatura, e mal haviam começado a descer a ladeira do Amana, são emboscados por 7 gangsters que já há algum tempo haviam estacionado um Land Rover do outro lado da rua.

Bloqueados e desprotegidos, Ilaria Alpi e Miran Hrovatin foram então cobardemente assassinados. Pouco passava das três da tarde de 20 de Março 1994.



Alertados pelos tiros, dois *freelance cameraman* correm para o local e registam os momentos finais da emboscada – e notam que o motorista e o guarda-costas não sofreram um arranhão.

E é Michael Maren, um americano trabalhando para a USAid, quem reporta ter visto a kassette integral do operador da ABC News – umas horas depois da emboscada, no hotel Sahafi e a convite de Carlos Mavroleon, o operador de imagem grego.



Para além da transferencia dos corpos de Ilaria e Miran para um Toyota Land Cruiser que foi imediatamente identificado, Michael Maren reporta a recolha de dois walkie-talkies da viatura onde seguiam os jornalistas - e a apropriação do bloco de reportagem de Ilaria.

Incidentalmente, poucos meses depois o *freelance* grego da ABC News foi encontrado morto numa pousada de Kabul. E Vittorio Lenzi, o outro *cameraman*, viria a morrer vítima de um inexplicado acidente de viação perto de Lugano. Nesses entretantos, as duas kassetes de video integral desapareciam, misteriosamente.

Mas se eram certamente somalis os 7 executores, como o revelam os minutos de imagem TVs, de imediato se ergueu uma imensa comunidade, clamando

#### **e os mandantes quem são ?**

Dois dias depois do duplo assassinato em Mogadishu, a Procuradoria de Roma decidia abrir um inquérito e já a 4 de Julho 1994, Giorgio e Luciana Alpi, os pais de Ilaria, falavam em sumária execução.

Na altura, o pai faz recordar a entrevista ao *ras* de Bosaso, e refere-se ao desaparecimento do bloco de reportagem da jornalista.

E é em Janeiro 1995, aquando de um inquérito aos podres da cooperação italiana com os países subdesenvolvidos, que a **Camera dei Deputati** levanta o caso Ilaria

Alpi – a propósito de uma presumível relação entre vários tráficos e a frota pesqueira italo-somali Shifco.

Um corajoso gesto de protagonismo deste outro poder de estado porque afinal, e como parecia ser costume em Itália, o poder judicial continuava a perder-se em arduos labirintos. Dos quais o mais grosseiro seria o modo como Ilaria e Miran teriam sido executados.

De facto, e ao contrário do que os oficiais forenses pretendiam registar, Ilaria e Miran não haviam sido mortos em fogo cruzado de AKMs – numa vulgar emboscada do Mogadishu de então.

Isto porque que a 25 Junho 1996 a Procuradoria de Roma havia ordenado uma segunda perícia balística e os resultados já induziam balas disparadas a curta distancia. Uma conclusão a que chegaria também uma outra perícia médica de 18 Novembro 1997 – efectuada por uma equipa de três médicos escolhidos pelos familiares de Ilaria, e outros três nomeados pela Itália das autoridades.

E foi assim que, após duas penas exumações, se pôde concluir irrefutavelmente que, afinal, Ilaria Alpi havia sido cruelmente executada com um tiro na nuca.

Mas os anos iam passando e a justiça italiana não avançava. Embrulhada em truques processuais, a justiça oficial preferia o labirinto das prescrições.

Até que, quatro anos após o assassinato de Ilaria e Miran, e já na fervura de incontornáveis pressões, a secreta italiana monta um teatro que permite capturar Hashi Omar Hassan - um dos 7 executores visualizados nas coberturas TV.

Estava-se em Janeiro de 1998, e a propósito de aberrações praticadas por alguns soldados italianos durante a operação UNISOM, o somali Hashi Hassan chegava a Roma para depor - a convite de uma comissão de inquérito parlamentar.

Mentalmente diminuto e propenso a exibicionismos rasca, o *gangster* somali facilmente engole a isca das secretas, e a 12 de Janeiro 1998 é detido em Roma onde, em tribunal, é positivamente identificado pelo motorista somali de Ilaria.

Só um ano depois começaria o processo Hashi Omar Hassan, e a 9 de Junho 1999 o procurador de Roma exige prisão perpétua – uma pena que o tribunal sentenciaria cinco meses depois.

Mas pouco mais tarde, e para espanto geral, a 1ª secção penal da Cassação aparece a anular a sentença com base num recurso referindo um suposto *exagero*

*de agravantes e subestimação de circunstancias genericamente atenuantes.*

Controversamente, o recurso é deferido e o criminoso é solto.

Sete meses depois, no tribunal de recurso de Roma, o procurador Cantaro insiste em prisão perpétua mas o tribunal, agora presidido por Enzo Rivellesse, delibera converter a perpétua em 26 anos de prisão.

Estava-se em Junho 2002.

## O relatório Scalia e Moçambique

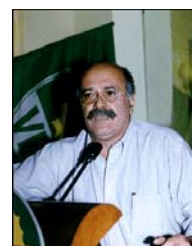
Enquanto o poder judicial italiano se prestava a maquiavélicos corredores, a **Camera dei Deputati** preocupava-se em melhorar as defesas legais contra os vários crimes que assolavam Itália. E com imensa frontalidade, o parlamento decidia-se a desmontar o puzzle dos tóxicos – pelo que em Abril 1997 criava uma comissão de inquérito com o objectivo de investigar o **ciclo de resíduos**.

Entre os seus vários propósitos, esta comissão deveria investigar a organizada ecomafia das rotas dos tóxicos, incluindo as possíveis conexões com o assassinato de Ilaria e Miran.

E durante anos, a comissão parlamentar italiana trabalhou na investigação deste tentacular caso, sendo muitos os relatórios interinos que pelo caminho foi publicando no website da Camera dei Deputati.

Até que, já indigesto de tráficos, o Honorable Massimo Scalia apresenta as conclusões da comissão inquérito a que presidia. E perante uma Itália enojada com a **ecomafia** ele passa a ler um elucidante relatório de 84 páginas escalpelizando as rotas internacionais dos vários lixos.

Munida de um manancial de evidencias, a comissão Scalia desmontava meticulosamente várias teias do tráfico de resíduos, escórias radioactivas, drogas, armas, dinheiro sujo.



Esse era o tempo de 25 Outubro 2000.



E é na secção 7.3 que o relatório Scalia se debruça sobre as novas rotas deste hediondo tráfico.

Para vergonha minha, Moçambique é apontado como um novo destino dos traficantes de tóxicos - a partir de 1997.

Um relatório que aponta rotas e técnicas de camuflagem do tráfico, e em que emergem empresas de cobertura dos despejos tóxicos - alegando autorizações ministeriais do governo moçambicano.

Como no caso de Boane, onde após análise de fotografias aéreas os parlamentares italianos concluíram, e com mediterrânea clareza, que a 35 km de Maputo uma concessão de 150 hectares estaria ao serviço dos lixeiros internacionais – a céu aberto e impune, uma rede de traficantes descarregava resíduos tóxicos.



O pretexto técnico seria agora a reconstrução de paisagens numa antiga zona extractiva.

E como sugeria a documentação tornada disponível à comissão Scalia, ao invés de uma putativa estação de tratamento de lixos, em Boane o que emergia era um acordo hediondo - um acordo subscrito entre uma empresa sediada em Maputo (parceira de um grupo argentino desde 1996) e uma empresa italiana. No caso, o objecto da parceria seria o comércio internacional de perigosos resíduos para despejo em Boane.

Inclusivamente, a comissão italiana concluía que nesse acordo, e por forma a que se acautelasse uma inspecção-surpresa, os traficantes teriam servido uma salada de lixos - onde se incluíam resíduos de elevada toxicidade.



E em nota de rigor, o relatório Scalia refere-se à falsificação de documentos de comércio e navegação – embora haja quem diga que isto era tanga para aldrabar os gajos dos amendoins.

Indignada, e muitíssimo preocupada, à comissão parlamentar italiana só lhe restava clamar para que se prestasse mais atenção à conexão destes tráficos com outras actividades criminosas – lavagem de dinheiro, armas, drogas ... *you name it!*

Mas note-se entretanto que, à data deste relatório, a comissão Scalia não pôde concluir se, sim ou não, os primeiros lixos descarregados em Boane seriam originários de Itália. Pela simples razão de que, por ocasião da recolha de evidências, já em Boane se amontoava muita merda - vinda da Coreia, de Taiwan e dos USA.

No entanto, e por muito que o polvo se camuflasse, o inquérito Scalia podia concluir que no caso Boane, o mais tóxico dos tentáculos apontava para uma conexão argentina – na circunstancia associada a dois notórios *wheeler-dealers* do tráfico e crime internacional.

## entretanto em Itália

... tenebrosas sombras teimavam em eclipsar o caso Ilaria Alpi e Miran Hrovatin.

E segundo a Ordem dos Jornalistas italiana, o processo judicial permanecia gravemente ferido por manipulações – incluindo testemunhos mutantes e sonegação de segredos por parte das secretas. E para o conselho lombardo da Ordem, tal como aliás para os terráqueos em geral, a questão dos mandantes permanecia obscuramente incompleta.

Mas a Camera dei Deputati não se atemorizava com eclipses e decidia-se a prosseguir as investigações – tal como alguns reputados media.

Como por exemplo o semanário católico italiano **Famiglia Cristiana** que desde 1998 vinha apresentando novas e importantes revelações sobre o caso Ilaria e Miran - nomeadamente uma entrevista com um arrependido do tráfico de tóxicos que, em Dezembro 2000, revelava novos nomes e métodos da internacional **Ecomafia**.

Mais tarde, e certamente após aturada ponderação das investigações dos media, em conferencia de imprensa de Março 2001 Massimo Scalia esclarecia o seguinte:

“Obtivemos em particular nova informação a respeito do despejo de italianos e perigosos resíduos na Somália, para além de sinais que indicam Moçambique como novo destino do tráfico ilícito de resíduos, não só italianos.

... e no que em particular diz respeito à Somália, nas próximas semanas continuaremos a nossa actividade para avaliar como tal tráfico possa relacionar-se com o homicídio de Ilaria Alpi e Miran Hrovatin.”

Importa notar que por esta altura, a comissão Scalia ainda não havia podido aceder a peças cruciais do processo. Sob pretexto da segurança de estado as secretas insistiam em esconder documentos e alguns nomes sonantes.

Mas nada detinha a solidariedade para com Ilaria e Miran – e com o que restava de democracia. E a pressão foi tal que, a 23 Setembro 2002, Franco Frattini, o Ministro de tutela dos serviços de informação e segurança, finalmente ordenava a entrega à Procuradoria de Roma de todos os documentos SISMI relativos ao caso.

Giorgio e Luciana Alpi, os pais de Ilaria (na foto), de imediato agradeceram o gesto governamental e admitiam que com essas novas evidencias talvez a justiça pudesse dar um outro salto quântico.



E para angústia dos criminosos, o caso Ilaria Alpi e Miran Hrovatin permanecia aberto. Tal como aliás o caso do tráfico de tóxicos.

## Batalha da Matola

Entretanto, vale a pena aqui lembrar que, por essas alturas, uma outra dura batalha se travava pela protecção ambiental. O palco era agora a Matola, e o *script* do filme focava uma tentativa de incineração de pesticidas nos fornos dos Cimentos.

O governo moçambicano, a Danida e os residentes da Matola eram os actores principais.

A rodagem do filme durou três duros anos, e as imagens finais sugeriam um happy-end.



Na verdade, a 29 Setembro 2000 a cena final mostrava o governo e a Danida em trôpego recuo perante as massas da Matola - e a imensa pressão solidária, nomeadamente da Livaningo em coligação internacional.

O projecto crematório CIM-Matola era finalmente abandonado, incluindo a rejeição da opção DANIDA - uma opção que sugeria investimentos numa estação de tratamento usando os fornos cimenteiros.

Uma opção que como o demonstravam documentos revelados em 1998 não se eximiria a importar lixos sob pretexto de economias de escala – e em descarada contravenção de todas as civilizadas convenções – Basileia, Bamako, Lomé IV (art. 39) ... e da mais básica eco-ética.

Mas importa notar que, estranhamente, o filme da Matola havia começado com imagens de governos e Danidas atarefados em esconder agendas. E o enredo adensava-se em mistérios porque estas *starlettes*, apesar de principescamente pagas, só apareciam para gaguejar trapalhices - ou se quedarem em intrigantes mutismos.

Como se o segredo fosse a alma dos seus negócios.

E ao terceiro actor parecia destinado o papel de idiota do filme. Isto porque aos habitantes da Matola/Maputo ninguém dizia nada quanto aos perigos da incineração via fornos cimenteiros. Ninguém lhes dizia nada sobre os mais tóxicos poluentes orgânicos persistentes (POPs) que do processo resultariam – umas inevitáveis dioxinas e furanos que certamente encontrariam abrigo nos pulmões das poeiras, e no cimento produzido.

Tragicamente, tudo indicava que a Danida não havia aprendido a lição de um outro seu filme de exportação - de incineradores caducos, e novamente para países pobres. O ano era agora o de 1986, e o filme rodava-se nos subúrbios norte de Nova Deli.

Enredada em incompetência e alegados interesses na produção, a DANIDA havia contratado um mau pedaço da engenharia dinamarquesa para instalar um incinerador de resíduos na Índia. Por bizarra perversão, os reputados consultores acabaram por parir um aborto - o que mesmo assim não impediu que a DANIDA o financiasse com um softíssimo empréstimo de 10 milhões USD.

Concluída a obra de engenharia tóxica, os fornos trabalharam apenas durante uma semana - 7 dias. Por duas razões: primeiro porque o lixo que sobrava da pobreza era naturalmente molhado - cheio de lágrimas. Depois porque, e por mais que o incinerador DANIDA clamasse por melhores lixos, a Índia não queria violar tratados e éticas - sobretudo quanto à importação de lixos.

Mas por um minuto regressa-se agora ao filme Matola, onde as imagens de Outubro



1998 nos dão o prazer de recordar Carlos Cardoso. Severamente indignado, ele questionava o governo moçambicano quanto ao import/export de lixos - e a propósito de autorizações governamentais que licenciavam um obscuro

alvará da **International Waste Group** (IWG).

Semanas antes, o Greenpeace havia publicado cópias das autorizações de negócio emitidas pelo governo - em descarado golpe bio-ético, e no viés de múltiplos tratados internacionais.

As autorizações ministeriais haviam sido emitidas em Fevereiro 1996, e nem três meses haviam passado quando o Greenpeace soube delas. Curiosamente, tudo aconteceu num cocktail de ambientalistas na RSA.

Em ambiente workshop SADC, incidentalmente dedicado ao banimento do tráfico de resíduos, um sénior moçambicano deixava saber que o governo preparava um projecto de incinerador em Moçambique. Um projecto que devido a economias de escala, para além da merda local faria igualmente recurso à importação

de lixos internacionais - nesse sentido aliás, teriam já sido oficialmente contactados quatro países.

Ocorre que dois anos depois do cocktail na África do Sul, e em plena batalha Matola, o Greenpeace sentiu-se na obrigação de publicar as autorizações de 96. Para eles, e mesmo que elas não dissessem respeito àquele filme, ou pelo menos imediatamente, as autorizações ministeriais constituíam boa prova da oficialidade de uma hedionda hipótese - a do tráfico tóxico. E para uma velha puta como o Greenpeace, a pressão pública tinha poucos mistérios - sobretudo quando se enfrentavam absurdas intransigências como as que se exibiam na batalha da Matola. Curiosamente, e como se viria a demonstrar, presciência e canjas de galinha nunca fizeram mal a ninguém.

Com cópias das autorizações na mão, em Setembro 1998 os jornalistas e o mundo atento ao tráfico de tóxicos encostavam o governo e Danida à parede dos Cimentos Matola - e do outro lado, o que as imagens registavam eram embaraçados desmentidos, e patéticas indignações.

Poucas semanas depois, o filme **incineração @ Matola** era interrompido por um slide de Outubro 1998 que, sob fundo requiem, projectava a revogação da autorização MICOA.

Mas, em nota pé-de-slide a produção questionava-se:

e as outras autorizações  
o que é feito delas ?

## o último tango em Boane ?

Mas tal como noutros filmes ambientais, pírrica poderá ter sido esta vitória da Matola. E à imagem de um outro tango em Paris, na Matola dançava-se com muita manteiga de amendoim.

Porque são muitas as evidências que entretanto surgiram - do relatório Scalia e outras - indicando que durante os anos em que se travava essa batalha, uma teia de eco-empresários usava os subterrâneos do corredor Maputo-Boane para efectuar descargas de tóxicos a céu aberto - particularmente a partir de 1997.

Tanto assim que, em Outubro 2000, e poucos dias após o moçambicano anúncio sobre o recuo no caso Matola, o jornal



argentino El Diario (Moron) passava a revelar novos detalhes sobre a International Waste Group - e a rota Maputo-Boane.

El Diario publicava então os termos de um acordo estabelecido entre a subsidiária em Dublin da empresa argentina International Waste Group com a Eco Group Management SRL. - numa investigação que era confirmada, quase em simultâneo, pelo semanário italiano Famiglia Cristiana.

Segundo o aludido contrato, a empresa argentina **International Waste Group (IWG)** propunha-se despejar em Moçambique, e em parceria com a moçambicana **AMODEL Lda**, qualquer coisa como 25 mil toneladas de resíduos tóxicos por mês - pelo período de pelo menos um ano. Na operação a tonelada de lixo era cotada a \$ 300, e se fossem 12 os meses fiscais isso significaria uma golpada de USD 90 milhões por ano. E segundo dizem os traficantes, em cada partida de lixo os lucros atingiriam 5 milhões USD. Como facilmente se repara, o exagero do contrato revela a ganancia dos traficantes.



Recorde-se agora que, em Fevereiro 1996, era esta própria International Waste Group (IWG) que havia obtido em Moçambique autorizações do MICOA (Ministério da Coordenação Ambiental), MPF (Ministério do Plano e Finanças) e CPI (Centro de Promoção do Investimento) para um projecto dito de Recuperação de Lixo.

E foram certamente estas autorizações que permitiram à **IWG** obter rapidamente um alvará argentino - como *armazenista e exportador de resíduos perigosos*. E em tempo recorde.

Com os corredores da argentina Secretária de Medio Ambiente franqueados pelo filho de Carlos Menem, a 25 Setembro 1996 o arquitecto Antonio Aguirre obtinha o alvará da IWG sob o confidencial expediente 1898/96. E no processo da transa, a Rua Almirante Brown, 927, Moron, Argentina era designada como sede da International Waste Group - uma morada de negócios partilhada com crematórios privados desta mesma rede.

Oficialmente, a racional do negócio em Moçambique seria a recolha e tratamento de lixos. E se a merda de cá não chegasse para rentabilizar fornos incineradores, o que havia a fazer era importá-la - isto porque, segundo eles, o importante era a escala das suas transas.

E certamente por intrigante coincidência, começava em 10 Maio 1996, e agora em Moçambique, uma frenética e globalizante campanha de *marketing* com vista à celebração de acordos bilaterais para importação de lixos - incluindo contactos oficiais com representações locais de Itália, Argentina e Espanha.

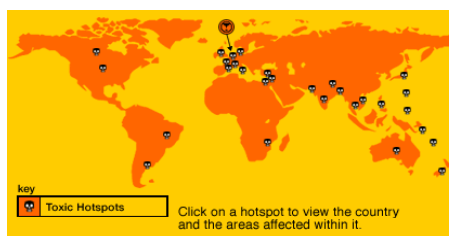
Entretanto, de acordo com Scalia et al, ao projecto Recuperação de Lixo era atribuída uma concessão de 150 hectares em Boane, junto a uma antiga zona extractiva. Segundo os traficantes, a natureza rochosa dos solos proporcionava a instalação de um intoxicante incinerador - e respectiva mega-lixeira.

As investigações sobre o tráfico de lixos prosseguiam por todos os lados e em Outubro 2001 o argentino Canal 13 (Telenoche Investiga) revelava novos detalhes do puzzle das ecomafias.

Perante uma camera oculta do Telenoche Investiga, três mosqueteiros do crime argentino confessavam a sua participação em diversas golpadas, incluindo o tráfico de lixo internacional. E um dos entrevistados não era outro senão o arqui-traficante Antonio Aguirre, da International Waste Group - sócio de crematórios em Morón e San Isidro, para além das empresas CETRA e Ecolink.

Sem se aperceber que estava a ser filmado, este arquitecto da International Waste Group admitia que em Boane não se previa nada de extraordinário - apenas um ajuste das terras, dos ares e dos camponeses locais *aos costumes indígenas* - dizia ele, o traficante.

As imagens do Canal 13 são entretanto apimentadas com referencias a Adam Kashoggi (Irangate) e a bacanais em Marbella promovidos por um elusivo traficante sírio - Monser Al Kassar, de seu nome. E por bizarra ironia, até mesmo um tal Bin Laden é por eles referenciado como parte do negócio dos lixos.



Nesta transa, o traficante sírio encarregar-se-ia de gerir os navios que, sulcando os portos do mundo, baldeariam em Maputo resíduos tóxicos e escória radioactiva com destino a Boane.

E estranhamente, o Malawi começava a ser referido nos corredores da malandragem como um outro potencial destino.

Mas bizarrices à parte, o importante era que as imagens permitiam melhor perceber o *modus operandi* de um tráfico hediondo – armas, drogas, dinheiro sujo e lixos tóxicos. E no caso do puzzle dos tóxicos, a International Waste Management (IWG) surgia como pivot da operação.

Mais tarde, e com a credibilidade que merecerão suas palavras, o arqui-traficante Aguirre admitiu nunca ter desembolsado os 3 milhões USD previstos no contrato que a IWG havia estabelecido com a parceria moçambicana - e que por isso se teria esfumado o contrato.

Porém, cínicos há presumindo que, provavelmente, esta **ECOMAFIA** se julgava no direito de beneficiar dos fundos de ajuda internacional a Moçambique – para que se desse escala e eficiência à incineração.

E que, por alguma razão, não os conseguiu.

Mas talvez Boane não tivesse sido o único caso de comércio de perigosos tóxicos.

Porque em Março 1998, e a propósito dos crimes da ditadura militar argentina, o jornal espanhol El País reportava uma petição da central sindical CTA ao procurador espanhol Baltazar Garzon - num artigo que viria a motivar novas investigações sobre as ditaduras, e vários outros pesadelos tóxicos em Moçambique.

Como por exemplo aquele que o ubíquo Greenpeace passava a insinuar.

Segundo o Greenpeace, o governo moçambicano, numa solicitação de 1998 que eu decerto subscreveria, havia obtido a assistência de Itália para que se pusessem em segurança alguns resíduos radioactivos abandonados por soviéticos aquando de prospecções mineiras em Nampula e Tete (espectros gamma e neutrónico).

Até aqui, para mim tudo OK – a coisa seria apenas um trivial e croquetes de atribulados investimentos. E tanto quanto se sabe, o resgate e armazenagem desses resíduos parece ter decorrido satisfatoriamente.

Mas o problema é que, segundo o Greenpeace, nesse mesmo 1998 o governo moçambicano teria crescido em bizarras – e passava a solicitar uma adicional assistência italiana para construção de um depósito de material radioactivo destinado a acolher escórias internacionais.

O depósito seria do mesmo tipo do caso anterior, mas agora num outro local - e subterrâneo.

Tudo isto, num Moçambique que não produz tais resíduos.



E para além de referencias aos mentores do projecto de despejo, o Greenpeace alegava que, em 1999, a venerável **ENEA** (Itália) teria já contratado a sua participada **Nucleco S.p.A** para a empreitada de construção desse depósito de escórias radioactivas.

## confesso-te Ilaria

que tudo isto me eriçava os pelos – e o que sobrava de medula.

Porque se o depósito Greenpeace era facto ou ficção radioactiva, a questão pouco me interessava. A mim, o que desde logo me inquietava era o governamentalismo da hipótese – uma nova importação de merda. Como se a nossa já não bastasse.

E dessas fossas, só mesmo um perfume de amor me poderia resgatar.

Foi quando por acaso te conheci, Ilaria.

E por frívolo que possa ter sido o pretexto, o que é certo é que a paixão se tornou do tamanho do mundo – uma paixão que crescia, não com rosas e em jardins, mas nas porcas rotas dos lixos.

Na verdade, confesso-te que tudo se passou enquanto analisava a questão nuclear **ESKOM**. Mais propriamente as rotas do radioactivo reactor **PBMR** – as rotas do urânio enriquecido importado da Rússia via Durban, a N1 e N4 para Pelindaba e Koeberg, para além de todas as outras que eles quisessem imaginar. E aterradora, a possibilidade de manhosas proliferações surgia-me. Incluindo as usuais golpadas de baldeamento e hijacks de auto-estrada.



E foi nas webpages de um atlas da proliferação que subitamente tu me surgiste - como uma mártir, não diria da física, mas da higiene da Terra. Um martírio que de pouco terá servido aos traficantes. Porque neste milénio demencialmente intoxicado, eu sei que tu sabes que a defesa da Terra continua – apesar dos traficantes, apesar das pestes de miséria. E sobretudo apesar da sanidade dos Saddamocs e babyBushs de serviço.

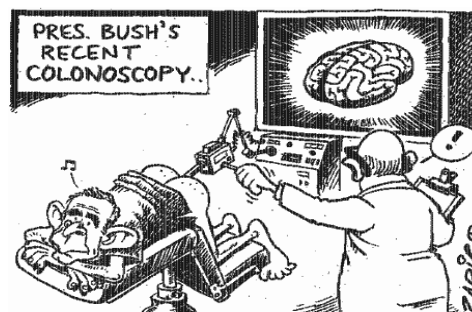
Confesso que não sei se aí cima vocês querem notícias destas misérias, mas neste caso não resisto. Porque ainda há meses, a *gang* dos tóxicos instruía o babyBush para que rasgasse mais tratados – Kyoto, Basel ... *what's next* ?

Falo-vos da recente moratória imposta pelo babyBush e um congresso USA. Uma moratória que não só anula as últimas determinações Clinton, como ainda se permite financiar um projecto-piloto *sui generis* – afundar navios carregados de perigosos asbestos e PCBs (bifenilos policloridratados).

Barquitos como alguns que navegam as costas deste nosso Índico – uma costa à mercê de piratas despejando tóxicos no

mar e em terra. E só ontem havia alertas contra 50 navios que por aí andam à espreita.

E num daqueles esgares de brilhantismo a que nos habituou, babyBush passava agora a architectar novas ilhas e *reefs* artificiais nos oceanos.



A brincar aos barquinhos na banheira global, e certamente na ressaca de uma queda da poltrona, o junior Bush queria afundar mais de 300 velhos navios contaminados – no Índico e no Pacífico dos pobres.

Recorde-se que segundo a BAN (Basel Action Network),

foi por pressão dos países do Sul, de África em particular, que a Convenção de Basileia (Basel) introduziu uma emenda ao tratado de 1989 - proibindo todas as exportações de lixos perigosos dos países da OCDE para outros, sobretudo para os países pobres. A emenda foi adoptada em 1998, e a sua ratificação prossegue.

Para além de asbestos e PCBs, a lista de produtos proibidos inclui o arsénico (altamente tóxico e cancerígeno), o cádmio (que desvasta pulmões e outros órgãos), e o mercúrio que arruina o cérebro, rins e o desenvolvimento fetal. A lista inclui igualmente os lixos hospitalares, como seringas, embalagens médicas e outros materiais que possam infectar e espalhar germes patogénicos e outros micro-organismos perigosos. E mais recentemente o banimento Basel passou a dedicar redobrada atenção a um outro preocupante tipo de resíduos – lixos como velhos computadores e celulares.

Porra ! o mundo está de facto perigoso, e portanto convem estar de olho-vivo.

E é por tudo isto, Ilaria, que te escrevo a minha paixão - e se a grito alto, é para que todos a saibam.

**hasta siempre Ilaria**

josé lopes  
maputo, março 20, 2003

Artigo baseado em fontes públicas da **web**

Camera dei Deputati (Itália)	<a href="http://www.camera.it">www.camera.it</a>
site dedicado a Ilaria Alpi	<a href="http://www.ilariaalpi.it">www.ilariaalpi.it</a>
semanário Famiglia Cristiana	<a href="http://www.stpauls.it">www.stpauls.it</a>
Le Monde	<a href="http://www.lemonde.fr">www.lemonde.fr</a>
El Diario (Morón)	<a href="http://www.eldiariodemoron.com">www.eldiariodemoron.com</a>
El pais (Espanha)	<a href="http://www.elpais.es">www.elpais.es</a>
Canal 13 (Telenoche Investiga)	<a href="http://www.telenocheinvestiga.com">www.telenocheinvestiga.com</a>
Mail & Guardian	<a href="http://www.mg.co.za">www.mg.co.za</a>
Narco Mafia monitor	<a href="http://www.narcomafie.it">www.narcomafie.it</a>
Centro Estudios Residuos	<a href="http://www.cnwm.berkeley.edu">www.cnwm.berkeley.edu</a>
ENEA (Itália)	<a href="http://www.enea.it">www.enea.it</a>
BAN (Basel Action Network)	<a href="http://www.ban.org">www.ban.org</a>
Greenpeace	<a href="http://www.greenpeace.org">www.greenpeace.org</a>

e edições impressas por :  
mediafax **Metical** (Moçambique)  
**AIM** (Agencia de Informação Moçambicana)

**FAIR USE NOTICE:**

This article may contain copyrighted photos, maps and diagrams whose use has not been specifically authorized by the copyright owner.

XITIZAP is making this article available in its effort to advance understanding of ecological sustainability and environmental justice issues. XITIZAP believes that this constitute a “fair use” of the copyrighted material as provided for in all relevant sections of Planet Laws. However, if we have unwittingly used material requiring copyright, we kindly request the copyright holder to bring the matter to our attention so that due acknowledgmet may be made.

If you wish to use this copyrighted material for purposes of your own that go beyond “fair use”, you must obtain permission from the copyright owner.